



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Planejamento e Projetos

PROJETO BÁSICO

Imóvel: Casa da Marquesa de Santos

Endereço: Avenida Dom Pedro II nº 293 - São Cristóvão

Município: Rio de Janeiro

Código do Imóvel: 18.101.068

Proposta: P001/2022 – SISTEMA PLENO, e
D001/2022 – SISTEMA DESONERADO

Orçamento: P001.001 – SISTEMA PLENO, e
D001.001 – SISTEMA DESONERADO

Orçamentista: JOSE EDUARDO SIMOES BARBOSA
ID- 44214707

Natureza dos Serviços: Elaboração dos Projetos Executivos de Restauração Arquitetônica e Artística, Projetos Executivos de Instalações Complementares e Orçamento para a Obra.

1. INTRODUÇÃO :

O presente Projeto Básico tem por objetivo estabelecer o escopo, as diretrizes, as especificações técnicas e os padrões exigidos para a contratação a ser realizada pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP, para Elaboração dos Projetos Executivos de Restauração Arquitetônica e Artística, Projetos Executivos de Instalações Complementares e Orçamento para a obra na Casa da Marquesa de Santos, localizada na Avenida Dom Pedro II nº 293, São Cristóvão – Município do Rio de Janeiro.

Estes Projetos Executivos de Restauração Arquitetônica e Artística, Projetos Executivos de Instalações Complementares e Orçamento serão desenvolvidos tomando como base os Projetos Básicos que já foram apresentados e apreciados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e foram objeto do Ofício nº 1362/16/GAB/IPHAN-RJ, PROTOCOLO nº 01500.001622/2016-52, em 23/08/2016.

As observações contidas neste ofício deverão ser consideradas no desenvolvimento dos projetos executivos, no entanto, conforme salientado pelo Senhor Diretor da Casa da Marquesa de Santos, item 3 da ATA DE REUNIÃO de 16/12/2020, o uso do BTN será adquadado à nova proposta museológica (A proposta é que a Casa da Marquesa de Santos seja assim denominada, a partir da desistência de continuidade de um Museu da Moda Brasileira, já que existe outro, criado pelo Instituto Zuzu Angel, que foi o principal parceiro. Neste sentido a Casa da Marquesa de Santos terá seu uso narrado pela história das mulheres, justificado pelas vinculações com personagens da história, mas prevalecendo o sentido de que a casa é o próprio acervo e o principal objeto do interesse do público, pelo imaginário, pela arquitetura e pela arte representada nas paredes, tetos e pisos. A Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ através da direção da Casa da Marquesa de Santos, desenvolveu a proposta de reabertura da Casa da Marquesa de Santos com uma exposição no primeiro pavimento dedicado às Mulheres na Idependência, desenvolvido pela direção da unidade.)

1.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REGIME DE CONTRATAÇÃO :

O critério a ser adotado será o de tipo menor preço, pois proporciona o menor dispêndio para a EMOP, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade e segurança, o regime de contratação dos serviços será do tipo empreitada por preços unitários.

Trata-se de serviço de engenharia já que pode ser definido como atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, no entanto, em virtude da variedade no desempenho e qualidade aplicada, **não se enquadra como comum.**

2. OBJETO:

O presente Projeto Básico tem como objeto a contratação de serviços técnicos especializados para a elaboração “PROJETOS EXECUTIVOS DE RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA E ARTÍSTICA, PROJETOS EXECUTIVOS DE INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES E ORÇAMENTO PARA OBRA NA CASA DA MARQUESA DE SANTOS”, conforme relacionadas no Anexo 1.

A Empresa contratada será responsável pela elaboração de:

A. Projeto Executivo de Restauração Arquitetônica e Artística:

Detalhes da execução dos serviços e obras de restauração, fundamentado nos eventuais ajustes realizados de acordo com o Cadastro a ser elaborado pela Contratada, até se atingir um nível possa subsidiar a elaboração do Orçamento, e a execução das obras em padrão satisfatório, tomando como base os Projetos Básicos existentes, contendo:

- Mapeamento de Danos e diagnóstico;
- Levantamento histórico;
- Mapeamento de danos e diagnóstico;
- Prospecções, ensaios e testes laboratoriais para auxiliar no mapeamento de danos e diagnóstico;
- Relatório fotográfico do monumento e seu estado de conservação mostrando a tipologia arquitetônica e a situação atual dos elementos arquitetônicos em questão, considerando todos os elementos das fachadas relacionados no cadastro;
- Textos com diagnósticos do estado de conservação do edifício histórico e dos elementos arquitetônicos em questão.

Proposta de Restauração:

- Memorial Descritivo do Projeto de Restauração: *O Memorial Descritivo deverá apresentar as especificações de projeto, materiais e definição de como deverão ser executados, normas, etc.*
- Planta baixa dos pavimentos contendo todas as especificações dos serviços de restauração a serem executados.
- Planta de Situação/Urbanização, com a identificação da edificação, níveis, cotas de soleira e estacionamento, especificação dos revestimentos de piso e pavimentações existentes, paisagismo, postes, estátuas, gradis metálicos e portões de acessos, etc.
- Desenhos de todas as fachadas em quantidade suficiente para a perfeita execução da obra e orçamentos, contendo indicação de materiais de revestimentos, esquadrias, etc.
- Planta de cobertura apontando os pontos de infiltração nos telhados, com ausência de telhas cerâmicas;
- Caderno de encargos para a execução das obras de restauração.

B. Análise da presença de xilófagos e indicações de tratamentos preventivos e corretivos:

- Prospecções para identificar a presença de xilófagos (ativos ou inativos), considerando a marcação das peças comprometidas in loco e no mapeamento de danos;
- Relatório de procedimentos de combate aos xilófagos encontrados e de monitoramento preventivo contra xilófagos.

C. Projetos Executivos Complementares de Instalações:

Consiste no desenvolvimento dos projetos até se atingir um nível de detalhamento tal que possa subsidiar a elaboração do Orçamento, e a execução das obras em padrão satisfatório. Ou seja, deve conter informações suficientemente detalhadas para que se torne um elemento autoexplicativo. Devendo estar em conformidade com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Os projetos a serem desenvolvidos, tomando como base os Projetos Básicos existentes:

- Instalação elétrica – Apresentação dos desenhos com dimensionamentos de quadros e cabos, subestação, identificação de circuitos, memórias e diagramas.
- Instalação hidráulica – Apresentação dos desenhos com dimensionamento de tubulações de água potável, memórias de cálculo, dimensionamento do consumo de água para os reservatórios e cisternas.
- Instalação de esgoto e águas pluviais – Apresentação dos desenhos com dimensionamento de tubulações de águas pluviais e esgoto sanitário, memórias de cálculo, dimensionamento de fossas e filtros de esgoto sanitário, incluindo tronco receptor dimensionado para receber a vazão de projeto;
- Instalação de Iluminação Ambiental e Monumental;
- Sistema de prevenção contra incêndio e pânico – Apresentação dos desenhos de acordo com a norma vigente do COSCIP, com as memórias e dimensionamento de tubulações e bombas e sinalização.
- Sistema de proteção de descarga atmosférica (SPDA) – Apresentação de desenhos de acordo com as normas vigentes, com aceitação no CBMERJ.
- Sistema de telemática – Apresentação de desenhos de telefonia e lógica de acordo com o layout aceito pela EMOP;

- Sistema de Segurança - Apresentação de desenhos de acordo com o layout aceito pela EMOP;
- Sistema de Instalações Mecânicas: Ar condicionado, elevador e exaustão - Apresentação dos desenhos de acordo com a norma vigente no GEM, com as memórias e dimensionamentos;
- Memoriais descritivos com as especificações técnicas.

D. Projeto Executivo de Estrutura:

- Proposta de recuperação estrutural do imóvel.

E. Projeto Legal:

- Os documentos produzidos nesta fase devem atender aos requisitos legais, às normas técnicas de apresentação gráfica, emanadas pelos órgãos públicos (tais como prefeituras e outros) e deverá incorporar as exigências e limitações oriundas das normas legais específicas relativas à segurança da edificação, as taxas de ocupação do solo, coeficientes de aproveitamento, recuos e etc., além do Corpo de Bombeiros e concessionários de serviços públicos (Energia Elétrica / Água e Esgoto) com a finalidade de obter a aceitação dos órgãos competentes.

F. Orçamentos:

- Planilhas orçamentárias com quantitativos e custos unitários utilizando como referência o Caderno de Preços da EMOP. Os orçamentos deverão ser acompanhados das respectivas memórias de cálculo para justificar os quantitativos apresentados no orçamento.
- Cronogramas Físico-Financeiros: Planilhas com as etapas da execução dos serviços compatibilizadas com as etapas do desembolso financeiro.
- Composições de Custo Unitário para itens especiais (todos aqueles que não constam no Catálogo de Referência de Custos da EMOP), devem apresentar a descrição do serviço detalhado, bem como os materiais utilizados, e suas características (dimensões, acabamento e detalhamento, etc...), memória de cálculo justificando os coeficientes e insumos adotados. Em caso de cotação anexar a pesquisa com no mínimo 03 propostas cujos valores devem ser compatibilizados por índice ao mês base do Orçamento. Em caso de composições baseadas em outras fontes de referência, anexar o material à composição para documentação das informações. Não são aceitos itens fechados de outros cadernos. A composição deve ser aberta e os insumos substituídos pelos existentes no Caderno EMOP. Todo item deve conter as composições PLENA e DESONERADA, visto que são solicitados os 2 tipos de Orçamento.

G. Produtos:

- Os produtos dos Projetos Básicos já realizados e que serão disponibilizados para a Contratada são: Restauração Arquitetônica; Instalações de Telefonia e Lógica; Instalações Hidrossanitárias; Instalações de Prevenção e Combate à Incêndios e Instalações Especiais-Segurança.
- Os produtos dos Projetos Executivos de Restauração Arquitetônica, Restauração Artística e Complementares, objeto do presente Projeto Básico, deverão ser apresentados a EMOP/FUNARJ sob forma de relatórios técnicos, em cadernos impressos, coloridos, em formato e escala compatíveis para cada etapa.
- Os relatórios técnicos referentes às etapas dos Projetos Executivos de Restauração Arquitetônica, Restauração Artística e Complementares deverão ser apresentados em 2 (duas) cópias impressas e 2 (duas) em meio digital (CDs gravados). Além dessas cópias deverão ser fornecidas cópias para os órgãos de tombamento e demais órgãos públicos, como Prefeitura Municipal, concessionárias de serviço público, Corpo de Bombeiros e outros, onde houver necessidade de aprovação do projeto em questão.

- Todos os dos relatórios técnicos deverão utilizar formatos e ferramentas adequadas a sua elaboração/edição - Word, Excel, Autocad e/ou outras soluções adotadas em todos os projetos deverão ser apresentadas através de desenhos digitalizados, elaborados conforme exigências das normas da ABNT, em escalas, padrões e legendas compatíveis, compreendendo entre outros tipos de representação necessários ao entendimento da proposta, plantas de situação, plantas baixas, plantas de teto refletivo, cortes, fachadas, vistas e elevações, detalhes e pormenores. Também deverão ser fornecidas ilustrações e perspectivas, para apresentação das propostas, quando for o caso. Os produtos deverão ser valorizados através de imagem digitais (3D) para facilitar o entendimento da proposta.
- Os carimbos de todas as pranchas, assim como as capas de todos os relatórios técnicos dos produtos, deverão conter as seguintes informações: Governo do Estado do Rio de Janeiro/Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro/Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Nome do projeto, processo, descrição da prancha, número da prancha, escalas, setagem, data, inclusive correções, e responsável pelo projeto com registros no CREA e/ou CAU e pelos desenhos.
- Os profissionais participantes da equipe deverão ser os mesmos que assinaram as ARTs e/ou RRTs.

A Empresa contratada deverá possuir em seu quadro técnico, profissionais qualificados para a realização dos trabalhos descritos acima.

ARQUITETO/ENGENHEIRO: profissionais responsáveis especializados em Restauração de Bem Tombado e pelos projetos de arquitetura, urbanismo, estruturais e complementares, bem como as respectivas estimativas de custos e orçamentos.

Observação:

- *É de responsabilidade exclusiva da Contratada a aprovação do Projeto Executivo de Restauração Arquitetônica e Artística no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, devendo a Contratada atender as exigências relativas aos projetos, quando houver.*

3. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO:

A Casa da Marquesa de Santos é um dos mais significativos bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através do processo nº 0011-T-38, inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes (número de inscrição 010, volume 1 f.0030 em 30 de março de 1938. Portanto, é um bem tombado Nacional de especial relevância para a memória do país e sua preservação é uma obrigação legal, em conformidade com o Decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937.

Em 2014, foi firmado o contrato nº 014/2015 junto à empresa Retrô Projetos de Restauro Ltda-EPP, vencedora da Tomada de Preços nº01/2015, para a elaboração dos projetos básicos e executivos de Arquitetura, Restauração Arquitetônica e complementares do Solar da Marquesa de Santos. A execução foi dividida em três fases, das quais foram concluídas as duas primeiras: 1- Estudo preliminar de Arquitetura e Complementares e 2- Projeto Básico de Arquitetura e Complementares.

4. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:

O prédio assobradado, em dois pavimentos com linhas neoclássicas, frente de rua, influência da escola francesa, possui bandas e ombreiras de cantaria. Molduras sobre vergas aplicadas como simples ornato. Entablamento com frisa ornada. Platibanda e falsos frontões com seus campos ornados. Pilastras jônicas e vasos de mármore sobre a platibanda. Na fachada lateral, tímpano com alegoria da deusa Minerva e folhas de acanto em relevo no medalhão central. A fachada de fundo é considerada atributo neoclássico dos mais nítidos e puros construídos no Rio de Janeiro.

5. ESCOPO DOS SERVIÇOS:

Os serviços solicitados e contemplados no Projeto Básico, estão descritos nos Orçamentos P001.001/22 – Sistema Pleno, e D001.001/22 – Sistema Desonerado para Elaboração de Projeto Executivo de Arquitetura e Projetos Complementares para Restauração do Imóvel e Orçamento da Obra, os que se seguem:

1. Este Projeto Básico;
2. Orçamentos P001.001/22 - (Orçamento pleno, não desonerado) (SEI- 31096955) e D001.001/22 - (Orçamento desonerado) (SEI-31097083);
3. Cadastro das plantas dos pavimentos do imóvel;
4. Especificações dos Serviços:
 - Viabilizar a execução das obras de restauração da Casa da Marquesa de Santos, através da elaboração dos Projetos Executivos de Restauração Arquitetônica e Artística, Projetos Executivos de Instalações Complementares, bem como atendimento das diligências e justificativas pendentes do projeto básico aprovado pelo IPHAN.
 - As fases previstas para o projeto em questão são: Projetos Executivos de Restauração Arquitetônica, Artística e Complementares. A execução dos serviços de restauração e recuperação do prédio será acompanhada pelo IPHAN.
 - Viabilizar a revisão e atualização do Projeto Básico de Arquitetura e Adaptação de Uso, frente a alteração do programa previsto no Projeto Básico que seria a implantação do Museu da Moda Brasileira, enquanto a atual proposta é implantar um Museu dedicado ao feminino e valorizando o edifício como principal acervo.
 - Os projetos básicos já realizados e que serão disponibilizados para a Contratada são: Restauração Arquitetônica; Instalações de Telefonia e Lógica; Instalações Hidrossanitárias; Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio, e Instalações Especiais-Segurança, Paisagismo e Ar-condicionado.
 - Os produtos específicos do presente Projeto Básico para a contratação de Projetos Executivos de Restauração Arquitetônica, Artística e Complementares a serem entregues à EMOP, são os seguintes:
 1. Revisão do Projeto Básico de Arquitetura e Adaptação de Uso;
 2. Projeto Executivo de Restauração Arquitetônica e Adaptação de Uso;
 3. Projeto Executivo de Restauração Artística;

PROJETOS EXECUTIVOS DE INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES:

1. Projeto Executivo de Instalações Mecânicas: Ar-condicionado, elevador e exaustão;
2. Projeto Executivo de Paisagismo;
3. Projeto Executivo de Iluminação Ambiental e Monumental;
4. Projeto Executivo de Estrutura;
5. Projeto Executivo de Instalações Elétricas;
6. Projeto Executivo de Instalações de Telefonia e Lógica;
7. Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias;
8. Projeto Executivo de Prevenção e Combate à Incêndio;
9. Projeto Executivo de Instalações Especiais - Segurança;
10. Elaboração de Orçamentos; Cronograma Físico-financeiro da Obra.

• DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS E DA SUA EXECUÇÃO:

- Levantamento dos locais antes do início do projeto a Contratada deverá fazer as consultas necessárias nos órgãos competentes e concessionárias;
- A primeira reunião de trabalho deverá ser realizada com uma visita a Casa da Marquesa de Santos e com a presença de todos os projetistas envolvidos;
- A Contratada deverá estar disponível para reuniões com representantes da EMOP e da FUNARJ e sempre que necessário, com a presença ou participação dos projetistas responsáveis pelas diversas disciplinas. As reuniões a princípio serão semanais ou tantas quantas necessárias, visando o bom desenvolvimento dos serviços.

- **PROJETO EXECUTIVO DE RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA E ADAPTAÇÃO DE USO:** Consiste no desenvolvimento e detalhamento das informações prestadas no Projeto Básico de Restauração Arquitetônica, revisadas, completadas, acrescidas de todos os detalhes construtivos e indicações necessárias à perfeita compreensão dos serviços, técnicas e materiais empregados, com vistas à execução da obra, definição de orçamento e fixação de prazos. Todos os projetos deverão ser desenvolvidos respeitando integralmente a legislação que incide sobre o imóvel, em especial ao IPHAN e demais órgãos públicos, como Prefeitura Municipal, concessionárias de serviços públicos, Corpo de Bombeiros e outros. Os produtos desta parte deverão ser apresentados na forma de:

I - Memorial Descritivo - Revisão e Complementação de todos os componentes da memória descritiva relacionados na etapa do Projeto Básico, elaborado de forma definitiva;

II - Caderno de Especificações Técnicas, Serviços e Procedimentos - Revisão dos serviços e das especificações de materiais e acabamentos relacionados no Projeto Básico, como a descrição pormenorizada dos procedimentos de execução;

III - Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro - Contendo o orçamento analítico e as composições unitárias de custos, no padrão EMOP, indicando as composições utilizadas e entrega da memória de cálculo;

VI - Projeto Executivo de Restauração Arquitetônica - Consiste no desenvolvimento e detalhamento gráfico (plantas) de todos os elementos relacionados na etapa de Projeto Básico de Restauração Arquitetônica, revisados e complementados de forma definitiva e compatibilizado com os projetos complementares, fornecendo todas as informações arquitetônicas necessárias à perfeita execução da obra. Deverão constar ainda, plantas de teto, planta de paginação do piso, detalhamento de banheiros, cozinhas e copas, detalhamento das escadas e outros elementos. O Projeto Executivo de Restauração Arquitetônica deverá prever a acessibilidade de PNE;

V- Projeto Executivo de Restauração Artística - Consiste no desenvolvimento e detalhamento das informações prestadas no Projeto Básico de Restauração Artística revisadas, complementadas, acrescidas de todos os detalhes executivos e indicações necessárias à perfeita compreensão dos serviços, técnicas e materiais empregados, com vista à execução dos serviços, técnicas e materiais empregados, com vistas à execução dos serviços, definição de orçamento e fixação de prazos. Todos os projetos deverão ser desenvolvidos respeitando integralmente a legislação que incide sobre o imóvel, em especial ao IPHAN e demais aos órgãos de preservação envolvidos, como INEPAC, todos os ambientes decorados do primeiro e segundo pavimento:

Pavimento 1:

- Hall de Entrada Principal.

Pavimento 2:

- Salão da Águia;
- Sala da Música;
- Salão dos Deuses;
- Alcova;
- Circulação;
- Salão Oval Superior;
- Cúpula da Escada.

Escopo dos Serviços para elaboração de Proposta de Restauo Artístico:

1. Levantamento arquitetônico e cadastro de todos os elementos integrados:

- Revestimento e estuques (forros e paredes);
- Esquadrias internas;
- Planta-baixa e cortes do local em formato A4 ou A3, para inserção no caderno, com a localização dos bens (se houver) representados esquematicamente, com as dimensões horizontais e verticais,

numerados e indicados.

2. Mapeamento de Danos e Levantamento Histórico e Fotográfico:

- Execução de mapeamento de danos detalhado 2D;
- Relatório documental fotográfico do monumento e seu estado de conservação, mostrando a tipologia arquitetônica e a situação atual dos elementos integrados em questão.

3. Diagnóstico:

- Prospecção estratigráficas: 50 unidades de estratigrafia pictórica e/ou abertura de janelas de identificação da camada original e relatório documental com identificação de cor em cartela pantone;
- Análises de diferentes amostras para caracterização de componentes orgânicos (aglutinante, temperas e pigmentos orgânicos) e inorgânicos (pigmentos inorgânicos) através das técnicas de fluorescência Raios X, microscopia ótica, espectroscopia no Infravermelho e espectroscopia ramam. Para a Microspia e espectroscopia infravermelho e Rama será necessária a coleta de pequenas amostras para análise laboratoriais enquanto que a Fluorescência será realizada in situ. Incluso o relatório descritivo com os resultados obtidos;
- Teste de solubilidade com apresentação de resultados e definição dos materiais e técnicas a serem empregados no restauro.

4. Memoriais, especificações técnicas e caderno de encargos:

- Caderno de encargos para a execução das obras de restauração contendo nome ou designação do bem, título, classificação, material/técnica, dimensões, autor, data ou período de confecção, estado de conservação, com os registros do mapeamento de danos e diagnósticos. Apresentação de desenhos ou fotos como base para indicar procedimentos complementares e elucidativos da descrição.
- Projeto de restauração com solução adequada, de forma descritiva dos procedimentos, materiais e normas que devem ser utilizados e o resultado pretendido.

PROJETOS EXECUTIVOS DAS INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES E ORÇAMENTO:

1- Projeto Executivo de Instalações Mecânicas: Ar-condicionado, elevador e exaustão - Projetos definitivos para condicionamento de ar dos ambientes e exaustão deverão satisfazer às recomendações das normas da ABNT e afins, atinentes ao assunto. Deverá ser realizado projeto para novo elevador, obedecendo as exigências das Normas Específicas, bem como às do GEM/RIOLUZ.

- Condicionamento de ar e exaustão dos ambientes - Consiste na complementação do Projeto Básico apresentando todos os detalhes de execução, montagem e instalação dos componentes do sistema. Planta de cada nível da edificação, conforme Projeto Básico, com ampliações, cortes e detalhes, indicação de tipos, modelos e fabricantes de todos os dispositivos, suportes e acessórios. Detalhes da instalação de todos os equipamentos, com indicação dos modelos, capacidade e fabricantes. Relatório técnico, conforme Projeto Básico, complementado, revisado e em forma definitiva. Especificações detalhadas dos materiais, equipamentos e serviços. Quantificação de materiais e serviços e o orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos com base no Catálogo da EMOP, o cronograma físico-financeiro e memória de cálculo. Para itens que não constarem do Catálogo da EMOP, deverão ser efetuadas 3 (três) cotações de mercado. O sistema de acondicionamento térmico/conforto ambiental (Ar Condicionado) da Casa da Marquesa de Santos deverá ser projetado de modo a causar o menor impacto possível na leitura dos ambientes, principalmente, no pavimento nobre cujas salas são decoradas com pinturas artísticas de valor inestimável. O sistema não poderá ter bocas de insuflamento ou retorno de ar nas paredes ou forros decorados, e o equipamento não poderá gerar trepidação nestes elementos. O sistema deverá prever também, o controle rigoroso da umidade e temperatura visto a fragilidade não só das pinturas artísticas, mas também, do suporte de estuque das paredes e forros, suscetíveis a variações das condições ambientes. Para estabelecer os padrões de variação de umidade e temperatura para estes ambientes está sendo realizado um monitoramento de longo prazo a ser considerado pelo projeto.

- Elevador - Consiste na complementação do Projeto Básico, apresentando todos os detalhes dos componentes do novo elevador e da instalação integrada à edificação. A parte do projeto relativa aos equipamentos e componentes do elevador propriamente dito, será elaborada empresa contratada para

fornecimento e montagem da instalação. Desenhos de detalhes em escala adequada, montagem, fixação, suportes e apoios dos elevadores e equipamentos, preferencialmente com a indicação dos fabricantes. Relatório técnico complementando o da etapa anterior, que contenha as versões preliminares dos manuais de operação e manutenção do sistema. Quantificação de materiais e serviços, orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos, com base no Catálogo da EMOP, cronograma físico-financeiro e memória de cálculo. Para itens que não constarem do Catálogo da EMOP deverão ser efetuadas 3 (três) cotações de mercado.

2- Projeto Executivo de Paisagismo - Consiste na revisão e a complementação do Projeto Básico de paisagismo, apresentando os detalhes, memoriais, especificações dos serviços. Planta de situação conforme Projeto Básico, em escala mínima de 1:500, indicando: cotas, detalhamentos executivos e especificações de materiais. Detalhe de acabamento de pisos, muretas, separações de canteiros, espelho d'água e outros relacionados ao paisagismo. Planta e detalhes executivos do mobiliário e equipamentos. especificação detalhada de materiais e serviços, orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos com base no Catálogo da EMOP, cronograma físico-financeiro e memória de cálculo. Para itens que não constarem do Catálogo da EMOP deverão ser efetuadas 3 (três) cotações de mercado.

3 - Projeto Executivo de Iluminação Ambiental e Monumental - Consiste na revisão e complementação do Projeto Básico de Iluminação, apresentando detalhes, memoriais e especificações das luminárias internas e externas das fachadas. Plantas definitiva dos níveis da edificação e das áreas externas, em escala adequada, contendo a localização precisa das luminárias, compatibilizada com os projetos complementares. Detalhes executivos de fixação das luminárias e/ou eventuais montagens especiais. Especificação detalhada das luminárias e lâmpadas a serem adquiridas. Quantificação de materiais e serviços; orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos, com base no Catálogo da EMOP; cronograma físico-financeiro e memória de cálculo. Para itens que não constarem do Catálogo da EMOP deverão ser efetuadas 3 (três) cotações de mercado.

4 - Projeto Executivo de Estrutura - Consiste no detalhamento completo da estrutura concebida e dimensionada na etapa do Projeto Básico. Deverá conter de forma clara e precisa todos os detalhes construtivos necessários à perfeita compreensão e execução da estrutura, incluindo sua interferência com a edificação existente, quando for o caso. especificação detalhada de materiais, equipamentos e serviços que integram o Projeto Básico de Arquitetura e respectivos complementares. Quantificação de materiais e serviços; orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos, com base no Catálogo da EMOP; cronograma físico-financeiro e memória de cálculo. Para itens que não constarem do Catálogo da EMOP deverão ser efetuadas 3 (três) cotações de mercado.

5 - Projeto Executivo de Instalações Elétricas - consiste na complementação do Projeto Básico de Elétrica, apresentando todos os detalhes, memoriais, especificações das instalações. Plantas e detalhes das instalações elétricas conforme Projeto Básico; da entrada e medidores, de acordo com as especificações da concessionária local. Planta dos pavimentos, em escala de 1:50, e das áreas externas, em escala mínima de 1:500, indicando localização dos pontos de consumo de energia elétrica com respectiva carga, seus comandos e identificação dos circuitos. Detalhes dos quadros de distribuição e dos quadros gerais de entrada com as respectivas cargas; trajeto dos eletrodutos ou calhas e dos condutores, com localização e dimensões das caixas. Código de identificação de enfição e tubulação que não permita dúvidas na fase de execução, adotando critérios e sequências uniformes. Desenho indicativo da divisão dos circuitos; definição de utilização dos aparelhos e respectivas cargas; previsão da carga dos circuitos para instalações especiais. Sistema de aterramento da instalação, com detalhamento completo; detalhes típicos e específicos das ligações, de motores, luminárias, quadros e equipamentos elétricos e outros. Identificação com legenda das convenções usadas; diagrama unifilar geral de toda a instalação e de cada quadro; lista de equipamentos e materiais previstos para a instalação. Detalhamento de todos os furos e passagens das peças a serem embutidas ou fixadas nos elementos estruturais, ambientes e/ou elementos a serem preservados. Elaboração e aprovação prévia do projeto junto a LIGHT. Relatório técnico do projeto básico complementando com as informações do projeto executivo de instalações elétricas; quantificação de materiais e serviços; orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos, com base no Catálogo da EMOP; cronograma físico-financeiro e memória de cálculo. Para itens que não constarem do Catálogo da EMOP deverão ser efetuadas 3 (três) cotações de mercado.

6- Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias:

- Água Fria e Quente - Consiste na complementação do Projeto Básico de instalações hidráulicas, apresentando todos os detalhes das instalações; plantas e demais desenhos do projeto proposto com as indicações de ampliação, cortes e detalhes. Plantas e demais desenhos da edificação, no nível da rua ou logradouro público, em escala adequada, indicando: as canalizações externas e o alimentador, este desde a rede da concessionária local até o reservatório; os conjuntos de sanitários, cozinhas e outros ambientes com consumo de água, com o detalhamento das instalações. Detalhamento de todos os furos e passagens nos elementos estruturais e nas interferências com os ambientes e elementos arquitetônicos, objeto de preservação. Relatório técnico conclusivo e final contendo os elementos do Projeto Básico, revisados, complementados e em forma definitiva; especificação detalhada de materiais e serviços, equipamentos e serviços de instalação hidráulica; quantificação de materiais e serviços; orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos, com base no Catálogo da EMOP; cronograma físico-financeiro e memória de cálculo. Para itens que não constarem do Catálogo da EMOP deverão ser efetuadas 3 (três) cotações de mercado.

- Esgotos Sanitários - Consiste na complementação do Projeto Básico, apresentando todos os detalhes dos componentes da instalação do sistema de esgoto sanitário. Plantas dos conjuntos de sanitários ou ambientes com despejos de água, em escala de 1:20, com o detalhamento das instalações. Detalhamento de todas as caixas, peças de inspeção, instalações de bombeamento, equipamentos e outros que se fizerem necessários à execução do esgoto sanitário. Desenhos dos furos e passagens necessários nos elementos estruturais e de vedação e de todas as peças a serem embutidas para passagens e suporte das instalações do esgoto sanitário. Relatório técnico conclusivo e final contendo todos os elementos do Projeto Básico, revisados, complementados e em forma definitiva. Especificação detalhada de materiais e serviços, equipamentos e serviços de instalação hidráulica; quantificação de materiais e serviços; orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos, com base no Catálogo da EMOP; cronograma físico-financeiro e memória de cálculo. Para itens que não constarem do Catálogo da EMOP deverão ser efetuadas 3 (três) cotações de mercado.

7- Projeto Executivo de Instalações de Telefonia e Lógica - Consiste na complementação do Projeto Básico apresentando todos os detalhes de execução, montagem e instalação dos componentes do sistema. Planta de cada nível da edificação de todos os detalhes do trajeto, quantidade, distribuição e comprimento dos cabos e fios utilizados. Detalhamento dos cortes das prumadas e tubulações de entrada e corte vertical, contendo a rede primária (tubulações, cabos e fios), mostrando de forma esquemática as tubulações e a rede de cabos e fios ao lado das mesmas. Este esquema deverá apresentar a configuração da rede, a posição das emendas, as capacidades, diâmetros dos condutores e distribuição dos cabos da rede interna, os comprimentos desses cabos, a quantidade, localização dos blocos terminais internos, as cargas de cada caixa de distribuição, as cargas acumuladas e o número ideal de pares terminais em cada trecho. Corte esquemático detalhado do distribuidor geral da edificação, mostrando a disposição dos blocos da rede interna e do lado da rede externa; detalhes gerais da caixa subterrânea de entrada ou entrada aérea, poços de elevação, cubículos de distribuição; layout final da central privada de comutação telefônica, quando for o caso. Detalhamento de todos os furos e passagens das peças embutidas ou fixadas nos elementos estruturais, ambientes e elementos com preservação assegurada pelo projeto. Quantificação de materiais e serviços; orçamento analítico incluindo as composições unitárias de custos, com base no Catálogo da EMOP; cronograma físico-financeiro e memória de cálculo. Para itens que não constarem do Catálogo da EMOP deverão ser efetuadas 3 (três) cotações de mercado.

8- Projeto Executivo de Instalações de Prevenção e Combate à Incêndios - O projeto definitivo para instalações de Prevenção e Combate à Incêndio obedecerá as normas da ABNT e do CBMERJ atinentes ao assunto e deverá ser aprovado junto ao mesmo.

- Prevenção e Combate à Incêndio - Consiste na complementação do Projeto Básico, apresentando todos os detalhes de execução, fixação e montagem dos componentes da instalação do sistema de prevenção e combate à incêndio. Documentação específica aprovada pelo Corpo de Bombeiros, conforme Projeto Básico; plantas aprovadas pelo Corpo de Bombeiro. Deverão ser previamente elaborados e aprovados os detalhes executivos necessários; detalhes de furos, passagens, peças embutidas ou fixadas nos elementos estruturais, ambientes e elementos de preservação assegurada pelo projeto. Quantificação de materiais e serviços; orçamento analítico incluindo as composições unitárias de custos, com base no Catálogo da EMOP; cronograma físico-financeiro e memória de cálculo. Para itens que não constarem do Catálogo da EMOP deverão ser efetuadas 3 (três) cotações de mercado.

- **Deteção e Alarme de Incêndio** - Consiste na complementação do Projeto Básico apresentando todos os detalhes executivos, os memoriais e as especificações da instalação do sistema de detecção e alarme de incêndio. Planta de todas as áreas que possuam instalação de detecção e alarme de incêndio, conforme Projeto Básico, acrescentando os detectores, redes de dutos, locação de dutos, redes de fios, ramais, locação dos alarmes manuais, painel central e painéis repetidores. Cortes gerais, conforme Projeto Básico; layout, conforme projeto básico; detalhes de instalação dos detectores e dos painéis; diagrama de ligações; e esquema elétrico da fonte de alimentação. Deverão ser previamente elaborados e aprovados os detalhes de furos, passagens, peças embutidas ou fixadas nos elementos estruturais, ambientes e elementos de preservação assegurada pelo projeto. Quantificação de materiais e serviços; orçamento analítico incluindo as composições unitárias de custos, com base no Catálogo da EMOP; cronograma físico-financeiro e memória de cálculo. Para itens que não constarem do Catálogo da EMOP deverão ser efetuadas 3 (três) cotações de mercado.

9- Projeto Executivo de Instalações Especiais - Segurança - Consiste na complementação do Projeto Básico apresentando todos os detalhes executivos, os memoriais e as especificações da instalação de segurança. Plantas definitivas de todas as áreas que possuam instalações de sistema de segurança. plantas definitivas de todas as áreas que possuam instalação de sistema de segurança, com locação de tubulação, distribuição das câmeras a caracterização precisa de todos os componentes, com detalhes de fixação e encaminhamento da tubulação. Cortes gerais com detalhes executivos de fixação e encaminhamento da tubulação; deverão ser previamente elaborados e aprovados os detalhes de furos, passagens, peças embutidas ou fixadas nos elementos estruturais, ambientes e elementos de preservação assegurada pelo projeto. Relatório técnico do Projeto Básico de Segurança e de seus componentes de instalação, revisado, complementado e em forma definitiva; quantificação de materiais e serviços; orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos com base no Catálogo da EMOP; cronograma físico-financeiro e memória de cálculo. Para itens que não constarem do Catálogo da EMOP deverão ser efetuadas 3 (três) cotações de mercado.

10- Elaboração de Orçamentos, Cronogramas Físico-financeiros da obra, Termo de Referência e Editais de Contratação - Consiste no desenvolvimento e detalhamento das informações para subsidiar a contratação da execução das obras conforme os produtos desenvolvidos e que deverão ser elaborados orçamentos discriminados, com quantitativos e custos unitários e totais de todos os serviços, materiais, equipamentos e mão de obra a serem utilizados:

- Deverão ser utilizados os custos disponibilizados pelo SINAPI, EMOP e SCO ou de qualquer outra fonte em concordância com as recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE, com indicação de sua data-base e índices utilizados pelo sistema. O orçamento deverá ser composto por: Resumo de Orçamento, com os valores totais das etapas de obra e a participação percentual no custo total; Planilha Orçamentária; Cronograma Físico-financeiro; Memória de cálculo justificativa do orçamento.
- A elaboração do orçamento executivo deverá estar de acordo com a legislação Federal, Estadual e ser composto obrigatoriamente de planilhas sintética de preços, planilha analítica dos custos unitários, composição das taxas de BDI de obra e equipamentos, Curva ABC de insumos e serviços, além de Cronograma Físico-financeiro. Deverá respeitar as seguintes diretrizes mínimas: Bases de referência prioritárias para Composições de Preços Unitários e Insumos, como SINAPI, EMOP e SCO.
- Todos os serviços especificados em planilha deverão possuir código relacionado a uma base de referência, exceto quando forem composições próprias e deverão possuir código próprio.
- Toda a Composição do SINAPI, EMOP, SCO ou qualquer outra base de dados, que sofra qualquer tipo de alteração ou adaptação, passa a ser entendida como composição "própria". Sendo assim, todas as alterações e adaptações realizadas devem ser justificadas tecnicamente. Deve-se lembrar de em todas as composições próprias, os insumos devem ser preferencialmente os do SINAP, EMOP ou SCO.
- Todas as memórias de cálculo deverão ser apresentadas, incluindo as memórias de quantitativos de serviços, de insumos, de todos os itens considerados no orçamento.
- Deve-se preferencialmente considerar no orçamento a relação dos serviços da obra, evitando dispor uma relação de insumos.

- Deve-se atentar para a compatibilidade entre as diversas peças do processo (orçamento, projeto, TR, caderno de encargos, memoriais).
- Os Códigos das Composições deverão ser apresentados da seguinte forma: 74209/001U - Composições base do SINAPI, 08344/ORSE - Composições base do ORSE, 14027/SBC - Composições base do SBC e 026.001.001.005SCG - Composição base do TCPO.
- Todas as composições criadas pelo Orçamentista ou cuja origem seja de uma base indicada (SINAPI, EMOP, SCO e etc), deverão ter novo código atribuído, a critério do Orçamentista, porém com um sequenciamento lógico.
- Como as composições criadas pelo orçamentista são composições cuja origem provém de bases de referência tipo SINAPI ou ORSE (por exemplo) , deverá constar em campo específico de observações, na composição analítica, uma justificativa para as alterações efetuadas.
- No caso de criação de composição própria a partir de uma base de referência, deverá ser apresentada composição original em versão pdf.
- No caso dos códigos de insumos (Material e Mão de Obra) criados pelo Orçamentista, esses deverão receber um novo código.
- Para criação de insumos, estes deverão ser justificados por pelo menos 3 cotações, e o preço do insumo será a MEDIANA. As cotações deverão ser enviadas em anexo (PDF).
- Na impossibilidade de se obter o número mínimo de três cotações, deve-se prover as justificativas necessárias.
- O código de um insumo deverá ser facilmente diferenciável de um insumo de uma composição de serviço.
- Insumos só poderão ser criados quando não forem encontrados em nenhuma das bases de referência indicadas, ou por demais motivos, com justificativa embasada.
- Em relação a Mão de Obra, adotar prioritariamente os valores das horas dos profissionais constantes na base SINAPI, onde: na composição do custo/hora de cada profissional estão previstos os Encargos Complementares. No custo dos encargos Complementares já estão consideradas as despesas com alimentação, transportes, exames, ferramentas e EPIs.
- No caso de profissionais que não constam da base do SINAPI, mas da base do ORSE no custo/hora dos mesmos, deverá ser considerado também o valor dos Encargos Complementares do SINAPI. Esse critério deverá ser adotado para todos os profissionais constantes das composições de preços unitários do orçamento.
- Em relação ao BDI deverá ser apresentada a planilha de composição do B.D.I. diferenciado para aquisição de equipamentos, também elaborada conforme as instruções do TCU, nos acórdãos nº 2622/2013 e nº2369/2011.

6. REFERÊNCIAS:

As Leis, Normas, Atos e demais documentos a seguir relacionados deverão ser rigorosamente observados, sem prejuízo de outros ordenamentos da legislação nacional.

- Lei Federal Nº13.303/16 de 30 de junho de 2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Decreto Nº46.188 de 06 de dezembro de 2017 - Regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP, de 02 de outubro de 2018.

- Decreto Nº46.642 de 17 de abril de 2019 - Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

7. PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIOS:

A Planilha base de Quantitativos e Custos Unitários foi composta com itens da EMOP, mês de referência Fevereiro de 2022, com as quantidades necessárias destinadas a realizar o objeto a ser contratado conforme disposto neste Projeto Básico.

8. CRONOGRAMA PRAZO DE EXECUÇÃO:

Os serviços constantes do Projeto Básico deverão ser executados no prazo de 120 dias a partir da emissão do respectivo Memorando de Início, respeitando-se o cronograma físico-financeiro. Os produtos dos Projetos Executivos Complementares e Projetos Executivos de Restauração Arquitetônica e Complementares serão entregues em 3 (três) etapas assim definidos:

- 1ª Etapa: Revisão dos Projetos Básicos e adaptação de uso - 30 dias;

Análise da 1ª Etapa - 10 dias

- 2ª Etapa: Elaboração do Projeto Executivo de Restauração Arquitetônica e compatibilização dos projetos - 30 dias;

Análise da 2ª Etapa - 10 dias

- 3ª Etapa: Elaboração dos Projetos Executivos Complementares - 30 dias.

Análise da 3ª Etapa - 10 dias

9. GARANTIA:

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE na data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) a ser prestada em qualquer modalidades previstas no artigo 70 da Lei Nº 13.303/2016.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- II. atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- III. executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- IV. manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- V. tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- VI. se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- VII. prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- VIII. iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- IX. atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

- X. se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até a sua entrega perfeitamente concluída;
- XI. obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;
- XII. obriga-se a apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:
- XIII. está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- XIV. anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados ao serviço;
- XV. encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos;
- XIV. registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do CONTRATANTE, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função;
- XV. observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/1991;
- XVI. na forma da Lei Estadual nº 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
 - I - até 200 empregados..... 2%;
 - II - de 201 a 500..... 3%;
 - III - de 501 a 1.000..... 4%;
 - IV - de 1.001 em diante..... 5%;
- XVII. manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;
- XVIII. caso a contratada ainda não tenha o Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantá-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753, de 17/10/2017.
- XIX. a contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos necessários à execução dos serviços.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A qualificação técnica da licitante será comprovada através da seguinte documentação:

- a) Registro da empresa no CREA/CAU nos ramos de Engenharia Civil e/ou Arquitetura na Área de Restauração de Bem Tombado em uma das esferas Federal (IPHAN), Estadual (INEPAC) ou Municipal (IRPH);
- b) Comprovação da Licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor de Atestado de Capacidade Técnica com certidão registrada no CREA/CAU, por execução de projeto de restauração ou serviço de características

semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da Licitação;

c) Comprovação, fornecida pela EMOP, de que participou e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, facultativamente, apresentar declaração de que está ciente das condições locais.

O licitante deverá apresentar no ato do processo licitatório comprovação, através de atestados (CREA/CAU), de ter executado serviços de projetos executivos de restauração e complementares para reforma/construção de edificações com características semelhantes e áreas compatíveis a um prédio tombado, definindo-se as Parcelas de Maior Relevância como:

- 1 Execução de serviços de vistorias técnicas para elaboração de relatórios técnicos preliminares e projetos de restauro e instalações;
- 2 Execução de serviços de consultoria em engenharia e/ou arquitetura;
- 3 Execução de serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização de projetos.

OBS.: Todas as parcelas acima deverão ter sido executadas por profissional de nível superior que possua atribuições para atuar nas atividades de execução de obras e construção civil, além de atribuições para exercer atividades de elaboração de projeto e de laudos técnicos e consultoria.

A Empresa deverá apresentar um quadro técnico composto por profissionais com mais de 3 (três) anos de experiência comprovada na sua área de atuação, com os respectivos currículos e atestados profissionais, todos registrados no CREA/CAU, compatíveis com os serviços a serem desenvolvidos.

Será de responsabilidade da Empresa Contratada promover todo o suporte necessário para a consecução do Objeto do contrato.

A Contratada deverá contar com equipe de profissionais habilitados à elaboração dos Projetos, nas várias modalidades envolvidas, com registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e no Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, em Conformidade com a habilitação profissional definida na Resolução nº 218, do CONFEA, bem como as normas do CAU e CREA.

A Empresa Contratada deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/RJ, Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU/RJ e Termo de Responsabilidade Técnica junto ao CRT/RJ, referente aos projetos contratados.

12. FISCALIZAÇÃO:

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas e condições avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do cronograma físico-financeiro e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

A gestão e fiscalização da execução dos serviços caberão ao gestor e ao fiscal, designados em Ato Administrativo próprio, nos termos dos art. 215 e 216 do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhe fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

13.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente na instituição financeira contratada pelo Estado (Banco Bradesco).

13.2 A cada 30 (trinta) dias fará o Contratado a emissão das faturas dos serviços realizados, aceitos e verificados em conformidade com as etapas estabelecidas no cronograma físico financeiro e obedecido o sistema de medições. Os pagamentos serão efetuados após regular liquidação das despesas, nos termos da legislação em vigor.

13.3 O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, estando a fatura isenta de erros e observado o disposto na legislação citada e nos subitens seguintes.

13.4 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação, com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

13.5 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do Contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

13.6 A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura, o comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no serviço.

13.7 O pagamento será efetuado após a aprovação de cada etapa em no máximo 10 dias úteis, contra a apresentação e aceite da fatura/nota fiscal dos serviços prestados, após apreciação e aprovação dos produtos relacionados e emissão de parecer técnico de aceite de cada etapa, a saber:

1ª Etapa: Revisão do Projetos básicos e adaptação de uso - 20 %

2ª Etapa: Projeto Executivo de Restauração Arquitetônica - 40%

3ª Etapa: Projetos Executivos Complementares - 40%

14. DO REAJUSTE:

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, poderá o contratado fazer jus ao reajuste dos preços unitários que compõem as medições subsequentes, de acordo com a fórmula abaixo:

I

$R = \frac{I}{I_0} \times P_0$

I_0

Onde:

R = Valor do reajustamento

I_0 = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês de apresentação da proposta da contratada.

I = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a data da assinatura do contrato.

Po = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela firma licitante na Proposta de Preços apresentada na licitação.

14.1 A prorrogação de prazos a pedido da Contratada, e sem culpa do Contratante, não enseja reajuste ou correção.

14.2 Poderá ser objeto de pedido de reajuste cada medição atestada após transcorridos 12 (doze) meses conforme critério adotado no item 13.

14.3 As partes convencionam o prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da atestação da medição, para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil. O pedido deverá ser entregue no Protocolo da EMOP, o qual será autuado em Processo Administrativo próprio.

14.4 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M / FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*. O pagamento para todos os itens contratados será feito por faturamento das quantidades apuradas em medição, com base no custo unitário constante na planilha orçamentária com a incidência do BDI e do desconto ofertado pela licitante contratada.

14.5 O pagamento por eventuais serviços ou itens não previstos, desde que devidamente justificados e previamente aprovados pela EMOP, será feito com base no custo unitário constante do Sistema EMOP. Os itens novos não constantes do Sistema EMOP terão seus preços limitados aos indicados nos sistemas de orçamentação de obras ou, em caso de inexistência nestes, ao menor preço obtido junto à no mínimo três fornecedores especializados. Quanto ao desconto ofertado pela licitante contratada, este incidirá em todos os casos no mesmo percentual.

14.6 Para atribuição dos BDI's dos eventuais itens novos, a EMOP adotará o mesmo critério utilizado para fixação dos BDI's das planilhas orçamentárias do processo licitatório.

14.7 O pagamento de serviços executados antes das datas previstas nos cronogramas dependerá das disponibilidades de caixa da EMOP, observado o percentual de desconto a que se refere o item 13.4.

14.8 O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no art. 81, da Lei Federal nº 13.303/2016, mediante termo aditivo, sendo vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada.

14.9 Nos termos do preceito estabelecido no art. 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016, o CONTRATADO poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo:

14.9.1 acréscimo de quantidades de serviços de itens contratuais ou inclusão de novos itens, não podendo ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

14.9.2 supressão parcial ou total de itens contratuais, não podendo ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.10 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item 13.9, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

14.11 Para efeito de observância aos limites de alterações contratuais previstos no art. 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016, as reduções ou supressões de quantitativos devem ser consideradas de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem sempre ser calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.

15. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:

Cabe ao proponente estabelecer o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos para a obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo

Os percentuais de BDI apresentado pelos licitantes deverão apresentar 2 (duas) casas decimais, tendo em vista uma desejável precisão dos preços oferecidos.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

- a. advertência;
- b. multa administrativa na form prevista neste Edital e / ou no Contrato
- c. suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a EMOP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

16.1.1 - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

16.1.2 - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

16.2 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

16.2.1 - A advertência e a multa, previstas nas alíneas “a” e “b”, do item 14.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/1980.

16.2.2 - A advertência será formalizada por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante.

16.2.3 -A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea “c” do item 14.1 deste capítulo, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/1980, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado de Infraestrutura e Obras.

16.3 -A multa administrativa, prevista na alínea “b”, do item 14.1 deste Capítulo:

- a. moratória de até 0,03% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, considerando que, caso a obra, o serviço ou o fornecimento seja concluído dentro do prazo inicialmente estabelecido no contrato, o valor da multa será devolvido após o recebimento provisório;
- b. moratória de até 0,03% por dia de atraso injustificado frente ao prazo final da obra, do serviço ou do fornecimento calculado sobre o valor total da contratação, subtraindo os valores já aplicados de multa nas parcelas anteriores;
- c. compensatória de até 3%, calculado sobre o valor total da contratação pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente; pela execução em desacordo com as especificações constantes do edital e seus anexos; ou por agir com negligência na execução do objeto contratado;
- d. compensatória de até 5%, calculado sobre o valor total da contratação, pela inexecução parcial;
- e. compensatória de até 10%, calculado sobre o valor total da contratação, pela inexecução total.

16.3.1 - A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

16.3.2 - As multas deverão ser recolhidas no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, podendo a contratante descontá-la na sua totalidade da garantia, cabendo à contratada a recomposição do valor original da garantia no prazo de 2 (dois) dias úteis. Em caso de não recomposição no prazo devido, o contratante deverá descontar dos pagamentos eventualmente devidos ou, ainda, quando for o caso, cobrar judicialmente.

16.3.3 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada ou se não puder ser descontada desta, além da perda da garantia, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrar judicialmente.

16.3.4 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela EMOP, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

16.4 - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 14.1, não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos

16.4.1 - A suspensão temporária poderá ensejar a rescisão imediata do contrato pelo Diretor Presidente, desde que justificado com base na gravidade da infração.

16.4.2 - A sanção de suspensão leva à inclusão do licitante no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a EMOP.

16.4.2.1 - Após a inclusão mencionada no item acima, os dados relativos às sanções aplicadas aos contratados serão informados ao cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013 – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS. Tais dados também serão remetidos a SEPLAG, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

16.4.3. - A sanção de suspensão poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que:

- a. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a EMOP em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5 - As penalidades decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

16.6 - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

16.7 - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

16.7.1 - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da sua notificação, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do item 16.1.

16.7.2 - A autoridade competente emitirá decisão motivada sobre a aplicação ou não da sanção ao contratado, devendo conter demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos, que será publicada em Diário Oficial, cabendo desta decisão recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 237 do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

17. SUBCONTRATAÇÃO:

Considerando a natureza dos serviços fica VEDADA a subcontratação.

18. ADMISSÃO DE CONSÓRCIO:

Considerando a natureza dos serviços fica VEDADA a admissão de consórcio.

19. MATRIZ DE RISCO:

Tipo de Risco	Motivo	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Ações Mitigadoras	Responsável
Técnico e Econômico-Financeiro	Alteração pela EMOP do escopo dos serviços, dentro dos princípios permitidos pela legislação, com impacto financeiro.	Média (4)	Médio (3)	(12)	Elaborar orçamento com informações suficientes para execução dos serviços.	EMOP
Técnico e Econômico-Financeiro	Alteração pela FUNARJ do escopo dos serviços, dentro dos princípios permitidos pela legislação, com impacto financeiro.	Média (4)	Médio (3)	(12)	Garantir o perfeito entendimento da Proposta Técnica por parte da FUNARJ, a fim de assegurar que a mesma atende às suas necessidades e expectativas.	FUNARJ
Operacional e Econômico-Financeiro	Atraso no repasse de recursos financeiros.	Médio (3)	Médio (3)	(9)	Monitorar a liberação dos repasses de acordo com a Programação de Desembolso prevista no Plano de Trabalho.	FUNARJ
Operacional	Comunicação deficiente entre a EMOP e a FUNARJ	Média (4)	Média (4)	(16)	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP
Econômico-Financeiro	Rescisão do Termo de Cooperação por interesse da FUNARJ.	Baixa (1)	Alto (8)	(8)	Cumprir com as cláusulas desse Termo. Manter relação com a FUNARJ visando à manutenção da continuidade desse Termo.	FUNARJ
Econômico-Financeiro	Rescisão do contrato com a empresa contratada para a execução dos serviços.	Baixa (2)	Alto (7)	(14)	Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do contrato. Realizar a gestão dos riscos entre a EMOP e a contratada através da Matriz de Riscos presente no Termo de Referência.	EMOP
Operacional	Acidente com ou sem vítima.	Baixa (2)	Alto (8)	(16)	Assegurar que sejam adotadas as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato pela contratada.	EMOP

PROBABILIDADE	10	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
	9	9	18	27	36	45	54	63	72	81	90
	8	8	16	24	32	40	48	56	64	72	80
	7	7	14	21	28	35	42	49	56	63	70
	6	6	12	18	24	30	36	42	48	54	60
	5	5	10	15	20	25	30	35	40	45	50
	4	4	8	12	16	20	24	28	32	36	40
	3	3	6	9	12	15	18	21	24	27	30
	2	2	4	6	8	10	12	14	16	18	20
	1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
IMPACTO											

ESCALA DE PROBABILIDADE	
10	FATO
9	
8	ALTO
7	
6	MÉDIO-ALTO
5	
4	MÉDIO
3	
2	BAIXO
1	
0	

ESCALA DE IMPACTO	
1	SEM IMPACTO REAL
2	PEQUENA REDUÇÃO DE TEMPO OU RESERVA DE CUSTOS
3	REDUÇÃO MÉDIA DE TEMPO OU RESERVA DE CUSTOS
4	GRANDE REDUÇÃO DE TEMPO OU RESERVA DE CUSTOS
5	POUCO ACIMA DO ORÇAMENTO
6	ACIMA DO ORÇAMENTO EM 10% A 20% OU PROJETO ATRASADO EM 10% A 20%
7	ACIMA DO ORÇAMENTO EM 20% A 30% OU PROJETO ATRASADO EM 20% A 30%
8	ACIMA DO ORÇAMENTO EM 30% A 40% OU PROJETO ATRASADO EM 30% A 40%
9	ACIMA DO ORÇAMENTO EM 40% OU PROJETO ATRASADO EM 40%
10	FRACASSO DO PROJETO

NOTA: A definição do escopo, das especificações e quantitativos do presente Projeto Básico é de responsabilidade dos profissionais que elaboraram os documentos inseridos no Processo: Relatórios e Minuta do referido Projeto Básico elaborados pela FUNARJ/SECEC; orçamento elaborado pela COOPRE/DIRPP/EMOP. A revisão é da COOGAB/DIRPP/EMOP, sem adentrar em questão de ordem jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Gleitzmann, Coordenadora**, em 07/04/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **31154591** e o código CRC **42D7A79D**.

Referência: Processo nº SEI-180002/001217/2021

SEI nº 31154591

Campo de São Cristóvão, 138, - Bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20921-440
Telefone: